

OS NÚCLEOS DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO COMO INSTRUMENTOS DE PROMOÇÃO DE UMA FORMAÇÃO INTEGRAL E PARA A CIDADANIA

Ivanildo Alves de Lima Júnior¹
Yarla Suellen Nascimento Álvares²

RESUMO

A discussão do presente estudo está situada no contexto do esforço pela materialização de uma Educação Profissional fundada na perspectiva da formação humana integral e para a cidadania, considerando as experiências e as práticas inclusivas empreendida pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, sob o protagonismo dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei Nº 11.892/2008. Essas instituições têm se destacado no contexto da educação pública devido à verticalização do ensino, ofertando cursos que englobam o ensino médio integrado, cursos técnicos subsequentes, cursos de nível superior e pós-graduação. Partindo desse pressuposto e compreendendo que a formação integral requer a organização político-pedagógica da educação, por meio da valorização das diferenças e do respeito às diversidades (PINO, 2017), o objetivo deste artigo é analisar documentos institucionais dos Núcleos de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal de Pernambuco por acreditarmos que os dispositivos legais, tal como previstos, condicionam as práticas e contornos da atuação desses núcleos no processo de ensino e aprendizagem para a construção de uma educação integral para a cidadania.

Palavras-chave: Núcleos de Inclusão, Formação Integral, Inclusão, Educação Profissional.

¹ Graduado pelo Curso de Letras da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, ivanildo.alves@vitoria.ifpe.edu.br;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, yarla.alvares@vitoria.ifpe.edu.br.

INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

Ao considerarmos o que referenda a Constituição Federal de 1988 sobre a garantia do direito subjetivo à educação, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa e sob o argumento da igualdade de condições ao acesso e permanência na escola, torna-se fundamental que educadores e instituições escolares discutam sobre estratégias de inclusão e valorização das diversidades no ambiente escolar. Assim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), enquanto instituição comprometida com a formação humana integral em todas as dimensões da vida, deu materialidade à sua política de inclusão a partir da criação dos Núcleos de Inclusão e Diversidade (NID).

Vinculados à Pró-Reitoria de Extensão do IFPE (PROEXT), e com atuação em todos os campi da instituição, os NID constituem uma importante ferramenta para a produção do conhecimento, além de promover a inclusão dos estudantes LGBTQIA+, de Pessoas com Deficiência (PCD), mulheres, pessoas com 60 anos ou mais, negros, indígenas e quilombolas, conduzindo o processo de apropriação da comunidade escolar acerca das diferenças e da necessidade de se respeitar as diversidades.

Diante do exposto, resolveu-se transformar em questão de pesquisa o movimento realizado por esses núcleos, frente ao compromisso da formação humana integral, defendida como horizonte das ações pedagógicas realizadas no IFPE, e da promoção da cultura de paz entre os diversos atores do processo de ensino e aprendizagem, no âmbito da instituição. Para isso recorreremos a escritos vinculados à perspectiva Multiculturalista para melhor compreender as imbricações entre escola, currículo e diferenças.

Universalização da escolarização, qualidade da educação, projetos político-pedagógicos, concepções curriculares, formação de professores/as, relações com a comunidade e função social da escola são algumas das dimensões que permeiam a problemática da educação escolar na atualidade. Diante desse cenário, Candau (2008) nos alerta sobre a necessidade de reinvenção da educação escolar, a partir da oferta de espaços e tempos de ensino-aprendizagem significativos e que considerem as inquietudes de crianças e jovens e os variados contextos sociopolíticos e culturais.

A educação está necessariamente imersa nos processos culturais do contexto em que se situa. É impossível a existência de processos pedagógicos desvinculados totalmente das questões culturais da sociedade. Existe, portanto, uma relação intrínseca entre educação e cultura (s). De acordo com a supracitada autora, “estes universos estão profundamente

entrelaçados e não podem ser analisados a não ser a partir de sua íntima articulação” (CANDAUI, 2008, p. 13).

Na esteira desse movimento, torna-se cada vez mais evidente a tentativa de construção de práticas educativas que consideram a questão da diferença e da pluralidade cultural. A escola, enquanto instituição formadora de sujeitos, foi construída sob a percepção de uniformização e domesticação desses indivíduos, determinando o que deve ou não ser autorizado e considerado. Desse modo, o espaço escolar é um campo onde as interdições revelam seu vínculo com o desejo e o poder. É, portanto, um local para se compreender os discursos subversivos e a não aceitação da diversidade. Sob tais justificativas, entendemos “que a educação se encontra desafiada, justamente, no sentido

Partindo dessa premissa, entendemos que o multiculturalismo se propõe a contestar o caráter padronizador, homogeneizador e monocultural da educação, tomando a “escola como um espaço de cruzamento de culturas, fluido e complexo, atravessado por conflitos e tensões” (CANDAUI, 2008, p. 14).

Discorrendo sobre as implicações do multiculturalismo no contexto do currículo escolar, Silva (2014) afirma que, de um ponto de vista crítico, as diferenças não devem ser apenas toleradas ou respeitadas. O autor assinala que a ideia de tolerância, apesar de seu impulso aparentemente generoso, implica também uma certa superioridade por parte de quem a manifesta.

Do mesmo modo, “a noção de respeito implica um certo essencialismo cultural, sob o qual as diferenças culturais são vistas como fixas, definitivamente estabelecidas, restando apenas respeitá-las” (SILVA, 2014, p. 88). Ele argumenta que, na medida em que tais diferenças estão sob constante processo de construção e reconstrução, o que se deve focalizar são as relações de poder que permeiam e conduzem sua produção. Ou seja, um currículo inspirado nessa abordagem não poderia se limitar a ensinar a tolerância e o respeito. Em vez disso, deve insistir em uma análise dos processos pelos quais as diferenças são produzidas por meio de relações de assimetria e desigualdade.

Num currículo multiculturalista crítico, mais do que tolerada ou respeitada, a diferença é posta em permanente questão (SILVA, 2014). Nestes termos, o supracitado autor nos indica que o multiculturalismo promove a ideia de que a igualdade não pode ser obtida apenas por meio da igualdade de acesso a um currículo hegemônico existente.

Diante dessas afirmações, conclui-se que a obtenção da igualdade está condicionada a uma substancial modificação no currículo existente. Nessa perspectiva, o currículo escolar

deve ser modificado para “refletir as formas pelas quais a diferença é produzida por relações sociais de assimetria” (SILVA, 2014, p. 90).

Alinhados, portanto, com a visão de Oliveira e Gertrudes (2015), pretendemos elaborar um trabalho que contribua para a construção de uma educação que promova o diálogo entre os diversos grupos sociais e que ajude a viabilizar um projeto comum, em que as diferenças sejam dialeticamente incluídas. Trata-se, portanto, de um movimento que busca dar reconhecimento e legitimidade às diversidades que se apresentam por meio dos diferentes sujeitos que acessam o território da Educação Profissional.

METODOLOGIA

O Instituto Federal de Pernambuco: Cenário da Pesquisa

O início da trajetória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se deu por meio do Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha. O documento formalizou a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices que seriam implantadas em cada uma das capitais brasileiras. Com o objetivo de ministrar o ensino profissional, formando operários e contramestres, a sede recifense iniciou suas atividades em 16 de fevereiro de 1910.

Ao longo de sua história, essa instituição sofreu inúmeras reformulações, recebendo diferentes nomes: Liceu Industrial, em 1937; Escola Técnica Federal de Pernambuco, em 1983; Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), em 1999; e Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), em 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diante da última modificação, o IFPE passou a ser constituído pelos seguintes campi: Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim, Caruaru, Garanhuns, Ipojuca, Pesqueira, Recife e Vitória de Santo Antão, além do campus virtual de Educação a Distância (EaD).

Posteriormente, com a consolidação da terceira fase de expansão da Rede, a instituição ganhou mais sete campi nos seguintes municípios: Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Palmares. Através de uma proposta de ensino verticalizado, a instituição oferta atualmente mais de 50 cursos em diferentes níveis e modalidades de formação: ensino médio, técnico, superior nas modalidades Tecnológico,

Licenciatura e Bacharelado, além de especialização e mestrado. Tal capilaridade permite o atendimento a aproximadamente 17.500 estudantes, distribuídos entre os 16 campi e os polos EaD.

O IFPE, em seu Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), assume o compromisso de proporcionar formação integral e integrada para a cidadania, por meio do direcionamento de saberes e do desenvolvimento de uma prática pedagógica integrada (IFPE, 2012). Assim, constituem aspirações da instituição, para além da qualificação profissional, promover educação de qualidade, contribuir para a consolidação de formas democráticas de convívio e propiciar formação humana.

Nessa direção, a função social do Instituto é promover uma educação pública de qualidade, gratuita e transformadora, capaz de responder às demandas sociais e que propicie o desenvolvimento socioeconômico da região, considerando a formação para o trabalho a partir de uma relação sustentável com o meio ambiente. Para isso, é necessário oferecer condições igualitárias de êxito a todos os que acessam a instituição, “visando à inserção qualitativa no mundo socioambiental e profissional, fundamentado em valores que respeitem a formação, a ética, a diversidade, a dignidade humana e a cultura de paz” (IFPE, 2012, p. 36).

Uma Pesquisa Qualitativa: da Revisão Bibliográfica à Análise Documental

Caracterizado como de natureza qualitativa, este trabalho tem alicerce no argumento de Minayo, para quem esse tipo de estudo “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2002, p. 21). Ela defende que a pesquisa qualitativa, na dinâmica das ciências sociais, atua em um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado e que o objeto dessa abordagem, o universo da produção humana, dificilmente pode ser traduzido a partir de indicadores quantitativos.

Dessa forma, o percurso metodológico se deu em três etapas. Na primeira fase, estruturaram-se os repertórios bibliográfico e documental, revelando-se o direcionamento teórico e delimitando-se os recortes necessários à construção da pesquisa. No segundo momento, foi realizado o trabalho de análise dos documentos institucionais que embasam a política inclusiva da instituição.

A partir desse movimento, foram reunidas as informações necessárias à análise, à interpretação dos resultados e à construção do texto final, materializando-se a terceira e última etapa da investigação. A pesquisa bibliográfica ocorreu a partir da consulta e do diálogo com as pesquisas anteriormente realizadas, considerando-se o universo do tema discutido. De acordo

com Marconi e Lakatos (2015), essa técnica não constitui mera repetição do que já foi dito ou escrito acerca de um determinado tema. Ao contrário, possibilita o exame de um tema a partir de um novo enfoque ou abordagem, propiciando a elaboração de conclusões inovadoras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Política de Inclusão do IFPE se materializa a partir das ações desenvolvidas pela Coordenação de Políticas Inclusivas (COPI), setor vinculado à Pró-reitoria de Extensão (PROEXT). Essa coordenação tem como intuito fomentar ações que promovam o respeito à diversidade e às particularidades de cada pessoa, considerando e valorizando as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais. Nesse sentido, as atividades conduzidas pela COPI têm o objetivo de sensibilizar a comunidade e viabilizar acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal. Dentro dessa coordenação, há quatro núcleos, presentes nos 16 campi da instituição, que contribuem com a efetivação dessas ações. São eles: Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), Núcleo de Estudos em Gênero e Diversidade (NEGED) e Núcleo 60+.

O NAPNE é regulamentado por meio da Resolução CONSUP/IFPE nº10/20156. Trata-se de um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas voltadas às pessoas com necessidades específicas, cuja função é desenvolver ações de implantação e implementação das políticas de inclusão, conforme as demandas existentes nos Campi e Polos da EaD e as diretrizes do Ministério da Educação. Assim, o referido núcleo tem por finalidade a promoção da educação para a convivência, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais, comunicacionais e arquitetônicas no IFPE.

Diante dessas afirmativas, compreendemos que através das ações propostas pelo NAPNE, o IFPE dialoga com a Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, buscando promover em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

O NEABI tem a finalidade de regulamentar as ações referentes a implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/2008, que instituem a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Esse núcleo promove, planeja e executa suas ações pautado na construção da cidadania por meio da

valorização da identidade étnico-racial, do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais.

O NEGED tem o objetivo de promover, planejar e executar ações referentes às temáticas de Gênero e Diversidade, propiciando a formação de uma consciência crítica a respeito dessas relações. Nessa perspectiva, as atividades realizadas pelo NEGED propõem: a garantia do acesso à informação de jovens e adultos em relação aos direitos sexuais e reprodutivos; a criação de condições de permanência para a população LGBTQIA+ no IFPE; a promoção de ações de prevenção e intervenção em situações de discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+ na comunidade escolar e no convívio familiar; o incentivo à produção de conhecimento e a realização de atividades formativas voltadas ao debate sobre gênero e diversidade; e o funcionamento integrado à rede de movimentos sociais, ONGs e outras instituições em defesa dos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+.

Já o Núcleo 60+ é a instância responsável por propor, orientar e executar ações de ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil e gestão de pessoas direcionadas à pessoa idosa, objetivando a produção de conhecimentos e a valorização do potencial desse público, alinhado às recomendações, normas e políticas nacionais nessa área, aos documentos institucionais do IFPE, aos estudos no campo do envelhecimento humano, às discussões trazidas pelos movimentos sociais da pessoa idosa, à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei nº 10.741/2004 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Outro importante documento, que atualmente se encontra em fase de construção, discussão e implementação, é a Regulamentação do Programa de Incentivo às Políticas Inclusivas do IFPE. O regulamento visa estabelecer normas e procedimentos para a seleção estudantil de membros bolsistas e voluntários para os NID, através do Programa de Incentivo às Políticas Inclusivas. A partir dessa política, será possível a destinação de bolsas de auxílio financeiro a discentes vinculados a esses núcleos que se enquadrem em perfis de vulnerabilidade social. Tal medida tem como objetivo direcionar os estudantes à participação efetiva nos núcleos, fortalecendo as ações de inclusão na perspectiva da permanência e do êxito de estudantes identificados como pertencentes a uma ou mais comunidades socialmente minoritárias.

Considerando os dados, afirmamos que uma escola comprometida com a materialização de uma formação integral tende a estimular os indivíduos a participarem ativamente das lutas sociais. Desse modo, possibilita a presença dos movimentos sociais no campo educacional, que podem contribuir com o trabalho pedagógico. Nessa perspectiva, é necessário pensarmos nas

instituições de educação profissional e tecnológica para além da dimensão do trabalho assalariado (PINO, 2017).

De acordo com a referida autora, a educação escolar é um momento propício para pensarmos coletivamente, agregando várias dimensões da vida social e todas as explorações e opressões às quais a classe trabalhadora é submetida. Ou seja, é um tempo/lugar oportuno ao exercício de reconhecimento das opressões e resistências que afetam grupos sociais como mulheres, negros/as, pessoas com deficiência, comunidade LGBTQIA+ e pessoas idosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter a formação integral como horizonte do trabalho pedagógico requer do educador a compreensão de que a educação para o respeito às diversidades, fundada sob uma perspectiva democrática, inclusiva e plural, é um movimento imprescindível nessa direção. Para Yus (2002), um sistema de ensino democrático deve promover as condições necessárias à convivência democrática, consolidando de práticas, métodos e conteúdos sem os quais a educação poderia atender a fins totalitários.

Desse modo, a escola deve ser uma comunidade alicerçada nos objetivos de transformação da sociedade e de formação de sujeitos críticos, capazes de denunciar as armadilhas que inviabilizam a democracia e de exigir as condições para o exercício da liberdade. Na esteira desse pensamento, Pino (2017) defende que a educação tem papel político-pedagógico por ser capaz de nos propiciar as condições necessárias para reconhecemo-nos enquanto sujeitos na busca por liberdade, seguindo na contramão da opressão e das explorações. A partir dessas assertivas, infere-se que pensar a formação integral requer a organização político-pedagógica da educação, por meio da valorização das diferenças e do respeito às diversidades (PINO, 2017).

Concluimos, então, que a Educação Profissional e Tecnológica, inscrita sob a égide da formação humana integral e do trabalho como princípio educativo, presta um importante serviço à sociedade ao transpor as fronteiras da produção de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho, propiciando-nos a reflexão e nos ofertando os meios necessários à superação dos preconceitos, bem como dos estigmas que marcam a trajetória das minorias sociais. Nessa perspectiva, promovendo formação cidadã, democrática e inclusiva, os Núcleos de Inclusão e Diversidade do IFPE são uma importante ferramenta de inclusão e superação das desigualdades que assolam as minorias sociais.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. *et al.* Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 2 ed. Porto Alegre: **Mediação**, 2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 20 nov. 2023.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2.ed. - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

IFPE. **Projeto Político Pedagógico Institucional do IFPE**. Recife: IFPE, 2012. Disponível em: https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/ensino/documentos-norteadores/projetopoliticopedagogico-institucional-pppi-_2009-2013.pdf Acesso em: 20 nov. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2002.

PINO, Aline Muras de Oliveira. Diversidade Sexual e Educação: uma relação de desafios e possibilidades. Natal: Editora IFPE, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade** – uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

YUS, Rafael. **Educação Integral: uma educação holística para o século XXI**. Trad. Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002.